

A Legislação sobre o Trabalho Forçado nas Áfricas Portuguesas (Séculos XIX a XX)

Sidney Chalhoub (PQ), Lucilene Reginaldo (PQ), Ivan Sicca Gonçalves (IC)

Resumo

O projeto visa desenvolver o estudo da legislação sobre o trabalho forçado nas colônias portuguesas durante os séculos XIX e XX. A análise incidiu sobre o material legislativo já existente e a ser inserido na Base de Dados "Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa" e, paralelamente, foi realizado um levantamento da bibliografia produzida sobre as diferentes formas de trabalho forçado e contratado em distintos contextos coloniais.

Palavras Chave: *Trabalho Forçado, África Portuguesa, Legislação e Trabalho*

Introdução

São numerosos os registros de uso do trabalho forçado de africanos por todo o Império luso-africano durante boa parte dos séculos XIX e XX, sendo que há décadas a historiografia tem destacado a centralidade dessas práticas para a organização política e econômica do imperialismo lusitano¹. Um dos grandes desafios para o estudo dessa temática é a ausência de levantamentos e catálogos sistematizados que abranjam a produção de normas legais referentes às condições de trabalho e direitos desses trabalhadores. Diante dessa lacuna, esse projeto, vinculado ao Projeto Temático "*Entre a escravidão e o fardo da liberdade: os trabalhadores e as formas de exploração do trabalho em perspectiva histórica*", analisa o repertório já reunido e a ser inserido na Base de Dados "*Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa*", organizada por pesquisadores do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult/IFCH). Esta ferramenta procura disponibilizar aos pesquisadores da área de História Social do Trabalho e do Direito acesso sistemático a toda produção legal referente a Trabalho produzida por Portugal, Brasil e África colonial portuguesa desde século XVI até o final do século XX.

Resultados e Discussão

A Base de Dados já possuía cerca de 240 normas legais relacionadas ao trabalho forçado africano, abordando principalmente o século XIX, com consideráveis lacunas sobre o século XX. Nesse sentido, esse projeto levantou no Boletim da Agência Geral das Colônias, publicação oficial que possuía sessão que tratava especificamente da legislação colonial, referências de normas legais ausentes na base até então. Ao final do levantamento, foram adicionadas à base cerca de

50 novas normas legais, referenciadas em 90 edições do boletim entre 1925 e 1932. Após a identificação das normas, tornou-se necessário a anexação dos textos integrais, utilizando para isso o website do Diário da República de Portugal, que disponibiliza o texto de todas as leis publicadas desde 1915. A mesma página será utilizada na etapa seguinte dessa pesquisa para referência e alimentação das lacunas restantes no levantamento sobre o século XX (etapa que será desenvolvida no período correspondente à renovação da vigência da bolsa atual).

Conclusões

Embora o recorte estabelecido seja restrito, 1925 a 1932, o levantamento realizado nos boletins revelou uma produção intensa de legislação colonial sobre trabalho, indicando que o estudo dessa legislação é central para compreensão das condições de trabalho e da reorganização administrativa pela qual passava o Estado português nesse período, marcado pelo fim da Primeira República e pela publicação de decretos fundamentais para a instalação do Estatuto do Indigenato².

Agradecimentos

O Projeto Temático citado, desenvolvido por pesquisadores do Cecult, vem promovendo debates fundamentais sobre as ambiguidades e descontinuidades na chamada transição da escravidão para o trabalho livre em diversos contextos espaciais e temporais. Estes debates, assim como o apoio da Fapesp, entidade que financia esse projeto, têm sido fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

¹ Alexandre, V. *A África no Imaginário Político português. Penélope*. 1995, 15, 39

² Thomaz, O. R. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Editora UFRJ/Fapesp. 2002, 73.